

*Tudo se ilumina
para aquele que
busca a luz.*

BEN ROSH



(HA-LAPID)
O F A C H O

*...alumia-vos
e aponta-vos o
caminho.*

BEN-ROSH

DIRECT. E EDITOR—A. C. DE BARROS BASTO (Ben-Rosh)
Redacção na Sinagoga Kadourle Mekor Haïm
Rua Guerra Junqueiro, 340—PORTO

COMPOSTO E IMPRESSO NA TIPOGRAFIA MENDONÇA
Rua Jorge Viterbo Ferreira, 12-2.^o
P O R T O

Os dez mandamentos para a frequência à Sinagoga

A propósito dos dez mandamentos; saíu publicado no boletim do «Monte Sinai Congregation» de 14 de Maio, um artigo intitulado, «Os dez mandamentos para a frequência a Sinagoga», estes nos pareceram tão interessantes, abordando tão bem os problemas de todas as congregações judaicas que tomamos a liberdade de aqui traduzi-los para os nossos correligionários.

I—Eu sou a Sinagoga, a tua Congregação; a qual pode te levar das preocupações e trabalhos deste mundo, para a liberdade de espírito.

II—Não deves ter nenhum encontro ou compromisso antes de mim. Não deves dar-te a ti mesmo nenhuma pobre desculpa que te afaste de mim, mesmo que seja a chuva que vem do céu, ou a lama e a neve que fica nos pés, ou qualquer coisa que necessites atender à tua volta, porque Eu, a Sinagoga, não aceitarei desculpas que se dão por motivo de teatro, concerto ou qualquer outro compromisso.

III—Não deverás clamar em vão de que és um bom judeu mesmo sem frequentar a Sinagoga, porque a Sinagoga é o lar religioso da congregação, e tu com a tua família devem estar dentro deste lar.

IV—Lembra o Sábado e a hora marcada para o seu serviço; guarda-a sagradamente. Todo o resto da semana tens

para as outras cousas, mas a hora da oração do Sábado é para a Sinagoga unicamente. Neste dia não deverás estar ausente, nem tu, nem teu filho, nem tua filha. Mas deverás lembrar que chegar tarde, assim como sair antes de terminar o serviço religioso perturbará a devoção dos outros. Portanto deverás manter sempre o horário.

V—Honra a Sinagoga no ambiente da sua devoção e na beleza da sua grandeza.

VI—Não matarás o entusiasmo dos outros pela sua Sinagoga.

VII—Não adulterarás a tua devoção com pequenos cochichos ou conversações vãs.

VIII—Não roubarás as douradas oportunidades que repousam nas mãos do teu irmão, desencorajando aqueles que estão ansiosos para lutar pelo futuro do judaísmo.

IX—Não falsificarás a verdadeira filantropia da religião com o teu procedimento para com o estrangeiro da tua Sinagoga.

X—Não desejarás serviços religiosos muito curtos. Não desejarás os sermões pregados em outros cultos. Ama a tua própria Sinagoga e respeita-a com veneração, dentro do seu próprio ambiente.

Do «Boletim» da União Israelita de ajuda aos necessitados — Rio de Janeiro.

FASTOS DOUTROS TEMPOS

por ROCHA MARTINS

Os judeus Vila Real e Disraeli

André Maurois, biógrafo de Benjamim Disraeli, que foi o grande ministro da rainha Vitória, filia a família judaica do político notabilíssimo nos Vila Real.

Em Inglaterra, a Reforma, pela leitura da Bíblia, fazia nascer uma curiosidade quase simpática. Os puritanos tomavam nomes hebraicos e buscavam as tribos perdidas. Em 164, uma petição para o regresso do povo de Israel foi apresentada por «lord» Farfaix. Cromwell mostrou-se favorável; Carlos II confirmou a decisão. Assim se reconstituía, em Londres, no fim do século XVII, uma comunidade, pouco numerosa, de judeus portugueses e espanhóis. Muitas das suas famílias, os Vila Real, os Medina, os Lara, foram enobrecidos no tempo dos reis sarracenos e desprezavam os judeus polacos e lituanos, que o levantamento dos cossacos faria ainda afluir para o Oeste, e recusavam admitir nas suas sinagogas tão grosseiros personagens.

Em 1748, esta sociedade judaica de Londres viu chegar um jovem italiano, Benjamim Israel, ou de Israeli, que sendo natural do centro de Ferrara, tinha ido, primeiro, procurar fortuna a Veneza mas julgara poder alcançá-la, melhor num país mais novo e próspero. Foram difíceis os seus princípios. Especulou, perdeu; pareceu arruinado, mas tinha esposado em segundas núpcias, uma mulher que lhe traria o sangue dos Vila Real e um dote conveniente. Entrou no «Stock Exchange» e fez uma bela fortuna.

Quem eram esses Vila Real, que tanta importância tinham na comunidade israelita de Inglaterra, como os Medina e os Lara? Em 1608, nasceu, em Lisboa, Manuel Fernandes Vila Real, antepassado daquela família que se ligaria ao

italiano Disraeli, um século depois. Era filho de Francisco Fernandes Vila Real e de sua mulher Violante Dias, ambos de Vila Real de Trás-os-Montes, onde também tinham nascido seus avós paternos, Manuel Fernandes e Grácia Garcia Fanqueiros, na chamada Fancaria de Cima, levantaram cabeça naquele comércio até que tomaram os Terços do piorado do Crato. Manuel Fernandes Vila Real esteve em Tânger, com o governador D. Jorge de Mascarenhas, depois de se ter dedicado ao comércio que não deixou de fazer com a mourama; voltou às Terças do Crato; passou a corrector dos reais de Lisboa; meteu-se em negócios de trigo de que carregou navios e, sempre ousado e de bons lances, andou a negociar em Sevilha, Madrid e Malaga, até 1638, em que se mudou para a França. Chegou a Ruão em 1638 e adquiriu um barco que teve de ser arranjado no que levou até ao ano seguinte. Entraram como sócios na empresa os Moraes, do Porto: João Rodrigues e Manuel Fernandes.

Durante o período que esteve no Havre a tratar do navio, Vila Real ligou-se muito com o governador Fortecuyer, que o recomendou a Richelieu. O grande ministro recebeu-o, várias vezes; conversou com ele acerca das causas de Portugal e em muita consideração o devia ter para lhe dar aquela importância. A política do cardeal era contrária à Espanha dos Austrias, considerados, por ele, maus vizinhos da França, e entrou em combinações com o judeu acerca de um possível levantamento como o da Catalunha.

A notícia da revolução do 1.º de Dezembro de 1640 produziu o seu enorme efeito no ânimo do estadista, dispondo-se a receber os embaixadores

de D. João IV. Por falsa indicação, Vila Real partiu para a Rochela, a fim de os receber, mas só chegariam mais tarde, em 1 de Março de 1641, tendo pedido ao israelita que os procurasse antes de entrarem na capital da França.

Eram eles o Monteiro-mor Francisco de Melo que tanto lutara para a Restauração e António Coelho de Carvalho. Foram acompanhados pelo Vila Real na primeira audiência que se realizou em Saint Germain pela Semana Santa. Conduziria o bispo de Lamego junto do rei da França. O denodado D. Miguel de Portugal, o antiste nomeado embaixador em Roma, sentiu tanto a influência de Vila Real que ficou muito admirado ao saber que desejava voltar para o reino. Acompanhava o prelado o famoso Pantaleão Rodrigues de Sá, depois bispo de Elvas.

Não deixou a capital francesa naquela data o arteiro, subtil e talentoso Manuel Fernandes Vila Real. Representou, officiosamente, Portugal, até à chegada do embaixador conde da Vidigueira, quando pensava seguir a corte até Perpinhão no seu cargo diplomático.

Findos os trabalhos políticos, instalou-se em Ruão com sua mulher. Aparecera o livro de Caramuel contrário à Restauração e o embaixador pediu ao agente português que respondesse ao ousado atacante das direitas de D. João IV. Foi publicada em 1643 a obra de Vila Real: «Ante Caramuel ó defense del manifiesto del Reyno de Portugal que escrevio Juan Caramuel Lobkowistz». Deveu-se-lhe, também, a melhor e mais assídua colaboração nos livros intitulados: «Mercure Portugais ou Relations Politiques de la fameux revolution d'Stat arrivee en Portugal depuis la mort de D. Sebastien Junqu'au commencement de Jean IV ó present regnant».

Escrevia tão bem na língua francesa, como em espanhol e em latim e italiano. A sua obra foi dedicada à defesa da Restauração em assinalados serviços. Quando pensou em publicar livros de outro género, recaíram sobre eles as censuras inquisitoriais como sucedeu com «El político Christianíssimo»,

Confiado na sua acção no estran-

geiro no que lidara para bem do seu país e do seu novo rei, Manuel Fernandes Vila Real dirigiu-se para Lisboa julgando ser bem recebido. No dia 6 de Abril de 1649, chamaram-no a Mesa da Inquisição; ouviram-no acerca dos tantos censurados, deixaram-no em liberdade, mas frei Inácio Galvão, um dos censores, declarou ser preciso proceder contra o autor da obra incriminada. Achava-se muito «ajudaizada». Não havia mais contemplações. O escritor caíra nas garras dos dominicanos. Acusaram-no de introduzir no reino livros proibidos e, desde logo, entrou no cárcere da penitência. Começou a sua desgraça no dia 30 de Outubro de 1649. Acusavam-no de sectário da lei de Moisés, como se provava pelo comércio feito com israelitas em Ruão e noutros pontos, onde além do trato do negócio, pois gozava de suas intimidades. O denunciante era um padre que ele não quizera servir na França e com o qual entrara em rivalidade. De causa alguma serviu a intervenção do conde da Vidigueira e de outros amigos. A sentença foi lavrada e Manuel Fernandes Vila Real, tido por hereje, cristão-novo, mas judaizante, subiu ao patíbulo e foi garrotado e queimado no auto-de-fé de 1 de Dezembro de 1652.

Celebrava-se o décimo segundo aniversário da Restauração de Portugal por cujo êxito tanto lidara, antes e depois da revolução. Os Vila Real ficaram na França, donde, naturalmente, passaram a Londres, e uma das descendentes da família presita foi a segunda mulher, de Benjamim de Israeli e avó do futuro grande ministro da rainha Vitória.

Do Comércio do Porto, 13-Abril-1950.

Solenidades em 1958

Purim - 6 de Março
 Páscoa - 5 de Abril
 Shebuoth - 25 de Maio
 9 de Ab - 27 de Julho
 Rosh Hashanah - 15 de Setembro
 Kipur - 24 de Setembro
 Sukoth - 29 de Setembro
 Hanukah - 7 de Dezembro

GRANDEZAS E MISÉRIAS DE ISRAEL

por HANID ESTEIA

Agora que se tem falado tanto de Gaza, do golfo de Akaba e do pequeno Estado democrático que, no fervilhante e atrasado Médio Oriente, pretende progredir, sobreviver e ser livre, como qualquer outra nação civilizada, ainda que para isso tenha que pegar novamente em armas e lutar até à morte do seu último soldado, achamos oportuno lembrar o que tem sido o drama desse povo invencível, que tem sofrido todas as provas, desde a calúnia à fogueira, desde o insulto ao forno crematório, nos mais sangrentos e variados pogromos, na maior tragédia humana de que reza a História.

«Se no sofrimento há fileiras, Israel tem a precedência sobre as nações. Se a duração dos sofrimentos e a paciência com que são suportados enobrecem, os Judeus podem desafiar a aristocracia de todos os países». Estas palavras, de Leopold Zunz, que se referiam ao martírio dos judeus da Dispersão, após a queda de Jerusalém, no ano 70 da era cristã, continuam a poder aplicar-se ao heróico punhado de homens, sobreviventes da hecatombe nazi, que procuram denodadamente triunfar e vencer a injustiça e a hostilidade dos povos que os cercam e que não querem ainda reconhecer-lhes o sagrado direito de existência.

A formação do Estado de Israel, cuja independência foi proclamada em 15 de Maio de 1948, é um acontecimento assombroso, o facto mais admirável da nossa época.

Como se explica que um povo disperso por todo o mundo, sem um palmo de terra seu, errando de país para país, perseguido, incompreendido e, muitas vezes, barbaramente torturado, conseguisse manter tão grande união, tão sublime sentido de nacionalidade? Como é que uma nação destruída há dois mil anos, volta a ressurgir com todo o vigor, na mais perfeita coesão, apesar dos seus

filhos terem regressado dos quatro cantos da Terra, trazendo consigo as mais diferentes civilizações, os elementos mais diversos?

Todavia, é possível compreender como o povo hebreu manteve durante tantos séculos tão profundo amor à Pátria, se pegarmos na Bíblia e a lermos com atenção. Abrindo-a, ao acaso, encontramos estas palavras no cap. 30-3 do Deuterónimo: «O Senhor teu Deus te fará voltar do teu cativo e se compadecerá de ti e te reunirá de novo, tirando te do meio de todos os povos para onde antes te havia espalhado. Ainda que tenhas sido lançado para os polos do céu, daí te tirará o Senhor teu Deus e te trará à terra que teus pais possuíram e a possuirás e abençoando-te te multiplicará mais do que a teus pais».

Foi esta esperança no regresso à Terra Prometida por Deus a Abraão, a Isaac, a Jacob e a todos os seus descendentes, que fez com que o povo de Israel se conservasse unido, século após século, esperando pacientemente e lendo e relendo a sua Bíblia que, pelos factos históricos que narra e pelas constantes evocações das paisagens da Palestina, dos seus lugares sagrados, dos seus Patriarcas, dos seus Reis e dos seus Profetas, passou a ser, para os Judeus, a própria Pátria perdida.

E tão viva era a imagem dessa Pátria, tão grande a saudade que a sua lembrança provocava, em cada página bíblica, que por mais terríveis que fossem os sofrimentos e as perseguições, por mais infeliz que se sentisse, esse povo errante e mártir jamais aceitaria outra terra, que não fosse a Terra Prometida.

Por esse motivo recusou a oferta do território de Uganda, feita pela Grã-Bretanha em 1903, e preferiu continuar sem pátria, até que lhe fosse permitido recuperar a Palestina.

Muita gente pensou que essa recusa fora um erro. Para um povo torturado

e perseguido não seria preferível possuir a Uganda do que não possuir coisa alguma?

A verdade, porém, é que essa terra de África nada dizia aos corações judeus. Não era ali Jerusalém; não era dela que a Bíblia falava... Para quê aceitá-la? Israel continuaria sem pátria e continuaria a sonhar eternamente com a que Tito destruiu.

Para todos os sionistas (e haverá algum judeu que não seja sionista?) só a Palestina era ardentemente desejada e querida.

Teria sido, realmente, um erro essa recusa? A existência do jovem Estado de Israel é a resposta mais clara!

Os judeus sofreram, mas souberam esperar. A promessa bíblica cumpriu-se: de todos os pontos do mundo, os filhos dispersos de Israel voltaram. Os sonhos de Theodor Herzl, o criador do sionismo político, realizaram-se. Os laranjais tornaram a florir. A Primavera voltou às terras de Sião. Pode comemorar-se agora, com dobrada alegria, a festa da libertação, a festa nacional da Páscoa!

Como Herzl se sentiria orgulhoso e feliz se pudesse, por um instante só que fosse, contemplar a sua obra! Ver as cidades erguidas e os campos cultivados e admirar, enternecido, a redenção do seu povo!

Israel, porém, continua rodeado de inimigos. O sangue continua a correr e a Paz, tão desejada, é ainda um sonho longínquo para os judeus... De espingarda à cabeceira, homens e mulheres, têm que estar sempre alerta, defendendo, palmo a palmo, a pequenina terra que Deus lhes deu.

A batalha de Israel prossegue. A tragédia do povo eleito não está ainda completamente terminada...

Todos estes problemas angustiosos foram admiravelmente focados pelo erudito e ilustre português Dr. Augusto d'Esaguy, nos seus livros: «Grandezas e Misérias de Israel», «Europa 39», «Inglaterra 40», «Panorama de Israel na Europa» e «Nasceu um Estado, Israel».

É vasta e conhecida a obra do Dr. Augusto d'Esaguy, médico distintíssimo que à medicina tem dedicado grande parte do seu labor científico e literário.

Jornalista e escritor, duma actividade brilhante e incansável, não é, portanto, de estranhar que, durante a segunda Guerra Mundial e quando os judeus estavam a ser mais bárbaramente perseguidos, tivesse vindo enriquecer as letras portuguesas com mais estas obras que, no seu estilo emotivo e admirável, esclarecem e conduzem o leitor ao âmago do drama judaico.

Em «Grandezas e Misérias de Israel», o primeiro desta série, publicado em 1939, o leitor encontra, logo nas primeiras páginas, dedicadas a Theodor Herzl, a definição do que é o sionismo: «O sionismo é a doença da alma de Israel, a mais profunda de todas as paixões da alma de Israel. Todos os povos emigram na miragem do ouro; Israel emigra, desprezando o ouro, na miragem eterna de uma Pátria».

O diagnóstico do Dr. Augusto d'Esaguy é exacto. O sionismo «que significa o regresso dos judeus à Palestina» é, de facto, a doença da alma de um povo inteiro que, como nenhum outro, soube por dolorosa experiência o que era não ter pátria.

Perpassam depois, neste livro, as visões trágicas dos «ghettos, a injustiça e a crueldade do povo polaco, «dos estudantes polacos que noite alta, assaltam e destroem a vida e os haveres dos judeus, os cemitérios e os templos».

Aparecem rápidas, mas profundas análises à obra de Isaac L. Perez, escritor judeu polaco que «melhor do que ninguém compreendeu e sentiu a vida dos «ghettos», a miséria ancestral e a dor de Israel», e à obra de Scholem-Aleichem, escritor igualmente polaco e igualmente admirável que, como Perez, escreveu os seus livros em «ydish», a língua do «ghetto», «a língua-dor, a língua-tragédia, a língua que melhor traduz a ansiedade do povo escolhido».

E referindo-se ainda à vida horrível dos judeus polacos: «Contemplei, com os meus olhos ocidentais, cheios de azul do mar, toda a tragédia de Israel; o negrume da noite; os lábios das crianças que não sabem e não podem rir; os velhos de olhos macerados pelo estudo e pelas noites de vigília; as mulheres em cujos rostos se adivinham os ecos

BENJAMIM, O MARANO

...Benjamim dava-lhe conselhos, mas não insistia muito. Tinha pena dele e, no fundo, quase lamentava nunca ter podido ser assim, nunca ter possuído aquela alegria vibrante, aquele desejo doido de viver o momento presente, sem pensar no futuro, nem no passado e sem se atormentar com coisa alguma:

Mesmo em casa do pai, nunca tinha sido assim, tão despreocupadamente feliz. Era vivo, era alegre, mas bem cedo começara também a conhecer a tristeza e a amargura. A educação fora bem a dor alheia...

Desde menino que ouvira a história triste do seu povo e que lhe povoavam os sonhos infantis os fantasmas horribéis dos «ghetos», das perseguições injustas, de toda a tragédia do Israel sem pátria, errando pelo mundo sempre com os olhos fitos na Terra Prometida, na «terra de Leite e Mel», caída sob o jugo estrangeiro, arrasada, destruída e pilhada.

Apesar de português ferrenho, de açoreano dedicado e sincero, eternamente saudoso da sua ilha e da sua casa, havia no coração de Benjamim um outro amor ainda, um outro sonho, uma outra saudade lendária, envolta numa bruma de tradição e mistério: a Palestina.

Esse amor em nada prejudicava o amor pátrio. Era totalmente diferente.

Benjamim amava os Açores, porque via a sua terra. Ali tinha nascido, ali tinha vivido, ali estava o seu lar, a sua família. Portugal era a sua pátria adorada e querida e a sua ilha um torrãozinho dessa Pátria.

Quando pensava na Palestina não sentia o mesmo que quando pensava nos Açores. Não, seria tão difícil explicar o que sentia, se tivesse que explicar!

Esse país perdido e distante, era um sonho. Era a Terra Sagrada onde Deus dera a Lei a Moisés, onde se erguera o Templo, onde tinham vivido os seus antepassados. A Palestina era a própria Bíblia, a Terra de Israel, a Terra Prometida.

Se lhe perguntassem: — Queres ir viver para lá?

Ele diria: — Não! Eu não deixaria a minha terra pela Palestina!

Todavia, se lhe dissessem: — Tu serias capaz de dar a tua vida para que a Palestina fosse libertada e novamente entregue a Israel?

Benjamim não hesitaria e responderia imediatamente que sim.

Não desejava a antiga pátria perdida para si, porque era português e tinha

dos «pogromos», os traços da fome e da desventura, tatuagens que jamais desaparecem».

Apesar de nascido e criado em Portugal, sua Pátria adorada e querida, o coração sensível e generoso do Dr. Augusto d'Esaguy não podia ficar indiferente perante o sofrimento do seu povo.

Voluntariamente o ilustre escritor conheceu e conviveu de perto com centenas de refugiados polacos, romenos, húngaros, com toda «essa massa heterogénea» que, fugindo ao terror nazi, aqui passou por Lisboa «a caminho de outras terras, possuindo como único bem, o bilhete de passagem cedido por uma Associação de caridade». Sentiu-lhes o

drama, ouviu-lhes as queixas e enxugou-lhes as lágrimas, ajudando-os, incansavelmente, em tudo quanto pôde.

Talvez por isso, nestas páginas vibrantes, nós encontramos a cada passo a mágoa, a dor e a revolta por todas as injustiças cometidas.

Em «Europa 39» e «Inglaterra 40» o Dr. Augusto d'Esaguy continua a fazer passar diante dos nossos olhos, com um realismo admirável, a trágica odisséia dos judeus que, nos países invadidos pela Alemanha, foram sendo sistematicamente massacrados, espoliados, fuzilados sem julgamento ou condenados aos maiores horrores nos campos de concentração nazis.

(Continua).

pátria; desejava-a para aqueles que a não tinham, para os que eram expulsos daqui e dali, para os que rolavam pelo mundo sem que lhes fosse permitido fixar-se para sempre em qualquer lado, como seres malditos e indesejáveis.

Sempre que havia perseguições, injustiças, crueldades, Benjamim pensava na Palestina. Se ela voltasse a ser a terra de Israel nada daquilo aconteceria. Os judeus teriam para onde fugir, onde se recolher, onde se abrigar. Assim, quando a terra onde nasciam os repelia, quando a pátria os expulsava, eles viam-se completamente sós, abandonados, perdidos num mundo enorme, num mundo imenso onde, por desgraça, nunca cabiam, onde nunca havia um sítio em que os deixassem definitivamente em paz.

A Palestina não fazia falta aos judeus felizes, que viviam integrados nos países, países cultos e civilizados que os não perseguiam, mas era absolutamente precisa para os outros desgraçados, a quem fora sugado o direito de possuir um lar e uma pátria, para aqueles que nada tinham, os que sofriam é que precisavam que houvesse, no mundo, um verdadeiro «lar judaico», um lar que recolhesse todos os infelizes, todos os expatriados e de onde nunca-ninguém pudesse tornar a expulsá-los.

Era este sonho que vivia em todos os corações judeus, era este amor à Terra Prometida que crescia com eles, desde o berço, ao lado do amor pátrio.

Nenhum judeu queria, de livre vontade, deixar para sempre o país em que tinha nascido. Só à força de lá o arrancavam, mas todos gostariam que a Palestina fosse livre e os pudesse receber quando, por fatalidade, se vissem perseguidos e repelidos pelos seus irmãos de nacionalidade.

Era este um problema milenário, em que Benjamim também pensava muitas e muitas vezes, mas sabia que nem sempre aqueles que não eram judeus o compreenderiam.

Quantas vezes não eram acusados de traidores e de antipatriotas? Todavia, em todas as épocas, sempre que houvera guerra, os judeus tinham defendido heróicamente seu país, a sua pátria,

com tanto entusiasmo, com tanto ardor e tanto sacrifício como os outros.

Morriam, de armas na mão, defendendo até ao último instante a terra onde tinham nascido e que lhes dera abrigo e nacionalidade. Mas, depois, tudo isto era esquecido e as acusações injustas tornavam a cair trágicamente sobre eles...

Eram todas estas coisas dolorosas e amargas que davam uma vaga tristeza às almas dos meninos judeus, que cresciam entre os outros, ao lado dos outros sem, contudo, terem a sua alegria, a sua despreocupação, a sua felicidade.

E essa tristeza mantinha-se pela vida fora.

Já homem, Benjamim lutava contra ela. Tinha razão, agora, de ser feliz e esforçava-se por afastar de si todas as recordações penosas.

Queria convencer-se de que, desde que casara com Cassilda, deixara completamente de estar ligado ao seu povo. Para salvar a sua felicidade ele precisava de esquecer o passado e viver uma vida nova. Mas não conseguia... Cassilda dissera que ele estava a enganá-la, há um ano. Não! Não estava! Estava, simplesmente a tentar enganar-se a si próprio. Amava Cassilda e queria ser feliz junto dela. Sacrificara-lhe tudo. Atraíra-a a si e aos seus. Procurava desesperadamente, encontrar a felicidade, mas as palavras da mulher tinham-no, de repente, despertado.

Ficara ofendido e triste, porém reconhecia que ela tinha razão. Apesar de se ter baptizado, não era não podia ser cristão. Pensava e sentia como antigamente, nada se modificara e chegava a esta conclusão com a mais profunda máguia.

Queria reagir e afastar para bem longe todos aqueles problemas. Revoltava-se. Era jovem e tinha o direito de amar e ser feliz!... Contudo, sentia que arrastava atrás de si dois mil anos de sofrimento, de que não seria fácil desembaraçar-se. Eram grilhetas demasiadamente pesadas para que pudesse quebrá-las e libertar-se completamente. Estava preso ao seu povo, amava-o e jamais conseguia abandoná-lo...

MEMÓRIAS

da Literatura Sagrada dos judeus portugueses desde os primeiros tempos da Monarquia até fins do Século XV

MEMÓRIA I

POR ANTÓNIO RIBEIRO DOS SANTOS

(CONTINUAÇÃO DO N.º 154)

III Edição — Parece haver-se feito terceira edição em 1497 (Dizem ser em fol. com os Comentários de Kimchi; dela falam Le Long, Mattaire, e Wolfio, sem contudo a descreverem; Rossi também fala dela na *Origem da Tipografia Hebraica* cap. VI pág. 58 mas confessa não ter visto nenhum exemplar).

Duas edições dos Provérbios — **I Edição** — Também se imprimiram os Proverbios duas vezes. A primeira foi com os Comentários de Sirson e de Meir em Lisboa no ano de 1492, em que se havia feito a segunda edição de Isaías e de Jeremias. É em fôlha e os seus exemplares também são muito raros. (Esta edição é deste ano e não de 1497 como escreveram alguns Bibliógrafos, o que adverte Rossi no *Aparato Hebreu Bíblico* pág. 55 e deve corrigir-se Masch na *Biblioteca Sacra.*, onde diz, que o Comentário de Mevi fora pela primeira vez impresso em Amsterdão em 1724.

Da novidade desta edição fala Rossi não só nas obras acima citadas, mas também no tom. I das *Várias Edições do Testamento Velho em Edição do Texto Sagrado que se hão-de acrescentar à sua Biblioteca* p. c. II n.º 192.

Havia um exemplar na Biblioteca pública de Mântua, que consultou Bruns, e o houve depois a si o mesmo Rossi, como ele diz na *Origem da Tipografia Hebraica* pág. 57, e no *Apêndice à Biblioteca Masch*. Havia outro na *Biblioteca de Oppenheimer* de que fala Wolpio tomo II da *Bibl. Hebr.* pág. 409 e com efeito dele se fez menção no

Catálogo da dita *Biblioteca* publicado em Hamburgo em 4.º pág. 50 onde todavia vem errado o ano e o lugar da sua impressão, como votou o mesmo Rossi no *Aparato à Bibl. Hebr.* pág. 56).

II Edição — A segunda parece ter sido feita no mesmo ano de 1492 com o Comentário chamado Kavenaki em fôlho menor (Esta edição é mui pouco conhecida. Rossi é o único, que a descreve, e ilustra no seu *Opúsculo das Edições Desconhecidas do Texto Hebr.* cap. III pág. 7 e a ela se refere no *Aparato Hebreu Bíblico* pág. 56 dela faz também menção nas *Várias Lições do Testamento Velho* vol. I entre as *edições Bíblicas que se devem acrescentar à sua Biblioteca* p. II n. 193. Consta de 60 folhas e começa pela Prefação do Interprete). Esta edição não traz ano, em lugar da impressão. O Sábio Rossi julga ser feita em Lisboa pelos anos de 1492. O carácter do Texto é quadrado, com pontos e é o mesmo, que o do Pentatenco Ulissipanense de Isaías e Jeremias de 1492 o carácter da Preparação, e dos Comentários é Rabinico da inflexão e forma Hispânica. (Rossi tem dois exemplares completos, como ele diz na obra das *Antiquíssimas Edições Desconhecidas* cap. 3 pág. 7. Há um na Biblioteca Casanatense e outro na Biblioteca do Colégio de Propaganda. Por esta edição, parece, se fez a edição dos Provérbios de Tessalónica de 1522 de que Rossi tem um exemplar, e de que também há outro na Biblioteca Casanatense).

(Continua)